



## São João Del - Rei polo microrregional: desenvolvimento regional e aperfeiçoamento de recursos já existentes

*São João Del - Rei micro-regional hub: regional development and improvement of existing resources*

**DOI:** 10.23925/1806-9029.36i2(66)68885

**Autor:** Marília de Fátima Vila Carvalho - Professora aposentada da Escola de Design da UEMG.  
E-mail: [mariliadefatimaavilacarvalho@gmail.com](mailto:mariliadefatimaavilacarvalho@gmail.com) ORCID-<https://orcid.org/0000-0002-1141-3922>

### Resumo

Este ensaio aborda a discussão da política regional mineira, apontando questões consideradas relevantes para o desenvolvimento regional do Campo das Vertentes, microrregião situada ao sul de Minas Gerais, onde São João Del-Rei é a cidade polo. São apresentadas experiências de desenvolvimento no turismo, saúde, educação, transporte e serviços em geral. A metodologia adotada envolve pesquisa bibliográfica em Geografia e Economia, além de pesquisa documental das diretrizes propostas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (à luz da PNDR II), textos para discussão do IPEA e o modelo do SEBRAE para empoderamento de empreendedores locais. Os resultados referem-se à identificação de recortes temáticos sobre o esforço de desenvolvimento regional: a desindustrialização local; o desenvolvimento regional desigual, os fluxos do turismo, saúde, educação, comércio e serviços, o desenvolvimento microrregional e formas de empoderar a população local. Conclui-se que o polo São João Del- Rei é o centro econômico dinâmico da microrregião das Vertentes, cujo crescimento impacta a região circundante como um centro de médio porte, desempenhando um papel de polo em relação aos pequenos municípios do entorno da microrregião Campo das Vertentes, oferecendo serviços e impulsionando o desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** São João Del- Rei. Microrregião Campo das Vertentes. Desenvolvimento Regional.

### Abstract

This essay aims to discuss regional policy in Minas Gerais, pointing out issues considered relevant to the regional development of Campo das Vertentes, a micro-region located in the south of Minas Gerais, of which São João Del-Rei is the main city. It presents development experiences in tourism, health, education, transport, services in general. The methodology is bibliographical research in Geography and Economics, and documentary research on the guidelines proposed by the Secretariat for Regional Development of the Ministry of National Integration (in the light of PNDR II), texts for discussion by IPEA and the SEBRAE model for empowering local entrepreneurs. The results refer to the appointment of thematic clippings on the regional development effort: local deindustrialization; uneven regional development; the flows of tourism, health, education, commerce and services; the architect and micro-regional development; how to empower local people. The conclusion is that the São João Del-Rei hub is the dynamic economic center of the Vertentes micro-region and that its growth is felt in the surrounding region, as a medium-sized center, which plays a role as a hub in relation to to the small municipalities surrounding the Campo das Vertentes micro-region, offering services and generating regional development flows.

**Keywords:** São João Del-Rei. Campo das Vertentes micro-region. Regional Development.

**JEL:** O18



## Introdução

Os itens deste ensaio apresentam recortes temáticos diversificados, que vão desde a política regional, à luz da PNDR II em vigor desde 2012, até a discussão de novas agendas para políticas territoriais e o papel do sistema de educação superior da UFSJ. Além disso, são exploradas as experiências de desenvolvimento regional no Campo das Vertentes, Minas Gerais, refletindo sobre impactos territoriais das políticas de ordenamento territorial, tanto a nível regional quanto urbano e rural. As motivações e experiências teóricas e metodológicas apresentadas neste ensaio são temas emergentes e de grande relevância para a política regional. Embora não devam ser entendidos como novos, pois já existiam, e retornaram como assuntos que ganharam relevância na fase atual, de 2012 em diante.

Para se adequar aos objetivos da PNDR II, a microrregião das Vertentes deve estabelecer como metas principais a redução das desigualdades regionais e o estímulo às potencialidades de desenvolvimento regional, valorizando as particularidades locais. Em outras palavras, trata-se de perseguir o objetivo de reverter a trajetória das desigualdades regionais e explorar os potenciais endógenos da base regional. No Campo das Vertentes, essa base assenta-se sobre o turismo e o artesanato. A maioria das intervenções no território exige uma complexa combinação de ações e de articulações entre os diferentes níveis de governo (federal, estaduais, municipais ou outro ente público regional, como por exemplo o SEBRAE) e os demais entes privados.

No debate sobre questões consideradas relevantes para o desenvolvimento regional, identificamos os fenômenos da desindustrialização local e do desenvolvimento microrregional desigual. Além disso, abordamos os temas do turismo, saúde, educação, comércio e, serviços na discussão de novas agendas para políticas territoriais. A controvérsia sobre a desindustrialização no Brasil constitui um capítulo particular da história do pensamento econômico nacional desde o início de século XXI. Colocada a discussão nestes termos, nos propusemos a estudar o período da nova versão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, chamada de PNDR II, em vigor desde 2012. Procuramos evidenciar diferenças substantivas deste novo período em relação ao período anterior da PNDR I (2003 a 2011), contemplando, na medida do possível, as mudanças entre um período e o outro, de modo a concluir sobre nova interpretação que vem sendo construída no período vigente.

O que é novidade no período recente, ou não estava previsto? Os processos que persistem em todas as macrorregiões do país são a coexistência de sub-regiões dinâmicas e competitivas, com elevados rendimentos relativos médios, e sub-regiões com precárias condições de vida e sinais de estagnação. O que é novidade no período recente da PNDR II é que houve um avanço em relação à visão tradicional, que resumia o problema regional brasileiro ao atraso relativo das macrorregiões Norte e Nordeste. Isso influenciou no modo da PNDR II define uma tipologia de regiões para delimitar áreas prioritárias de atuação, resultando em quatro grupos definidos de regiões: microrregiões de alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda. O Campo das Vertentes enquadra-se, a nosso ver, como microrregião dinâmica.



Quanto ao que não estava previsto, foi a frustração generalizada de não criar, em nível local, dois pontos importantes da proposta da PNDR: o primeiro, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que permitiria à política contar com uma maior fonte de recursos capaz de financiar territórios; o segundo ponto, a criação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que tinha um papel crucial de coordenação e de articulação das políticas setoriais nos territórios menos desenvolvidos.

O próprio Ministério da Integração reconhece que os dois principais pilares da política, o Fundo e a Câmara, frustraram-se, comprometendo seriamente a implementação da política, levando à necessidade, a partir de 2012, de rever e criar outra base de sustentação mais viável para a política de desenvolvimento regional no país. A reformulação da PNDR II incluiu alguns espaços localizados no Sul e no Sudeste, desde que estes sejam classificados como de média e de baixa rendas. Na microrregião das Vertentes há espaços de média e baixa rendas em relação ao cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita*.

Diante disso, perguntamos em que medida o planejamento do bem-estar regional proposto na PNDR II foi incluído na agenda pública do Estado e do Município. No caso do Campo das Vertentes, Estado e o Município que desejam o consórcio da PNDR II devem organizar suas demandas à União a partir da definição dos vetores de desenvolvimento regional sustentável, os quais são relacionados à necessidade de ações transversais nas diversas vertentes da nova PNDR. Isso deve ocorrer em consonância com o federalismo cooperativo, mediante a cooperação entre os entes federados com o objetivo de alcançar o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Estes vetores de desenvolvimento regional sustentável são guiados por seis vertentes de ação: estrutura produtiva, educação, ciência, tecnologia e inovação, infraestrutura, rede de cidades e sustentabilidade ambiental. A seu modo, o Campo das Vertentes tem potencial para atuar especialmente na linha de ação de gestão de uma rede policêntrica de cidades, com graus de desenvolvimento regional e especificidades diferenciadas, embora atualmente essa atuação se dê ainda de uma forma desarticulada. É preciso que, no processo de atração e promoção local de novos investimentos, a microrregião direcione parte dos esforços ao desenvolvimento regional de forma integrada para a microrregião das Vertentes.

Reforçamos o entendimento da missão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no sentido de aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento regional brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado e ao Município em suas decisões estratégicas, como, por exemplo, a estratégia de captar novos empreendimentos para a microrregião.



As diretrizes propostas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração na elaboração da PNDR, são a espinha dorsal do desenvolvimento regional. A PNDR, atualizada pelo Decreto nº 9.810, de 2019, cuja estratégia de implementação trata o Desenvolvimento Regional com foco no potencial e na diversidade das regiões para que sejam aproveitados e dinamizados, aperfeiçoa recursos já existentes. Promove-se, simultaneamente, a integração nacional e uma gradual convergência de renda entre regiões. O modelo do SEBRAE para empoderamento de empreendedores locais incentiva os municípios do Campo das Vertentes a buscarem carros-chefe nos negócios, de tal modo que cada um desenvolva um atrativo turístico e econômico diferenciado, garantindo sucesso de vendas.

### **A desindustrialização local e as medidas de reversão adotadas**

Segundo Wilson Cano, “precisamos refletir muito sobre a questão de uma política para reversão da desindustrialização, caso isso seja possível, (...) porque no Brasil a forte desnacionalização na maioria dos setores industriais transferiu para o exterior grande parte das decisões públicas e privadas setoriais nacionais” (Cano, 2017, p.18). Conforme Sampaio (*Op. Cit.*, 2017, p. 369), a desindustrialização pode ser entendida, resumidamente, como a redução, no longo prazo, do peso da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) em um determinado espaço econômico, geralmente nacional, e tem a ver com a perda de dinamismo industrial da economia brasileira<sup>82</sup>. No caso brasileiro, a desindustrialização significou aumento da dependência e da vulnerabilidade externa.

Primeiramente, vamos lembrar que a industrialização de São João Del-Rei remonta ao final do século XIX, com o advento da ferrovia (prolongamento da EF Pedro II, em 1881), que permitirá o transporte de mercadorias, convivendo com a escravidão e o crescimento do núcleo urbano. Negócios e indústrias floresceram na cidade, como a Companhia Industrial São Joanense, fábrica de tecidos de algodão fundada em 1891, que vai se caracterizar pelas condições regionais assimétricas que a construção do mercado nacional criou, concentrando o mercado de capitais no Rio de Janeiro e São Paulo (Graça Filho, 2021). A Companhia Industrial São Joanense funcionou por cem anos, fechando sua velha sede em 1991.

Passando para a escala espacial municipal, buscamos explicar a situação das especificidades do caso da desindustrialização em São João Del-Rei, que é uma região afetada pelo processo de desindustrialização no Brasil em perspectiva regional. Nossa leitura começa pelo fato de que a cidade teve grandes fábricas de tecido no centro da cidade, no bairro das Fábricas (que teve esse nome por causa das fábricas de tecido ali existentes). A primeira delas foi em 1891 (Cia Industrial São Joanense), seguida de outras instaladas por volta dos anos 1920.

---

<sup>82</sup> Segundo Sampaio (2017, p. 379), dentre várias análises empreendidas por estudiosos da desindustrialização, apontam que os indicadores clássicos de desindustrialização são o de estrutura produtiva, grau de industrialização, produtividade e comércio exterior e de desempenho industrial.



Nos anos 1950, entraram em crise e, entre os anos 1970 e 1990, as maiores fecharam as portas. O fechamento das fiações e tecelagens da cidade decorre de transformações muito mais amplas na economia mundial (crises do petróleo e financeira, globalização dos mercados com a concorrência com os tecidos chineses e paquistaneses, inovação tecnológica etc.), culminando na terceira revolução industrial (começou em 1950 até 2011), que provocou mudanças profundas em setores tradicionais como a indústria têxtil.

Restaram funcionando a Fábrica Brasil e a São Joanense Textil (especializada em flanelas). A antiga A Fiação e Tecelagem João Lombardi funcionou por 127 anos (fundada em 1873, durou até 2010). Teve uma vila operária muito bem-organizada no Bairro Matozinhos; hoje, ali se encontra instalado um *shopping center*. Com o fechamento dessas fábricas, grande número de operários foram demitidos, gerando impacto social inerente, como desemprego, perda de renda per capita, migração para outros centros urbanos, regressão nas estruturas ocupacional e sindical. Depois dos anos 1970, além da Industrial Cataguazes, duas antigas tecelagens que haviam fechado reabriram as portas de novas instalações no novo Distrito Industrial da cidade (João Lombardi, Têxtil São Joanense). O supermercado Bahamas abriu sede no antigo imóvel de uma tecelagem.

São João Del Rei é uma cidade mineradora, rica em minerais não metálicos, tais como agalmatólito, celestita, esmeril, diatomita, asfalto, sílica, pirofilita, grafita natural e cálcio. Em 1977, com capital europeu e norte-americano, a Siderúrgica Bozel tem sua sede fundada na cidade de São João Del-Rei e inicia suas atividades de produção de Cálcio Silício e outros tipos de ferro-ligas com um forno elétrico. Essa siderúrgica gerou empregos e fomentou o desenvolvimento da cidade. Outras metalúrgicas são a Mineradora São Jerônimo Ltda, Ligas Gerais Eletrometalurgia Ltda, Fem Metais Participações e Empreendimentos Ltda., Inter Ligas Metais e Minerais Ltda, Magnu' s Minerais, Metais e Ligas Ltda., Verbaza Minerais, Calcinação Vitória entre outras.

Em 2023, a Prefeitura tentou atrair para o município a instalação da fábrica de cerveja Heineken; porém, não conseguiu oferecer terreno gratuitamente e acabou perdendo o negócio. No imóvel do antigo campo de futebol do Renascença, a margem da BR 265, está prevista a abertura ainda em 2024 de uma fábrica de cerâmica.

A principal medida de reversão da desindustrialização local tem sido a atração de novos empreendimentos e negócios para a cidade, embora trabalhando dentro de condições limitadas. Atrair indústrias para o município tem sido decisão estratégica essencial para reverter a desindustrialização local. São João Del- Rei tem um Distrito Industrial instalado fora da área urbana, às margens da rodovia BR 265. Lá estão instaladas a Bozel, a Industrial Cataguazes, as Indústrias Irmãos Peixoto S/A, a Fiação e Tecelagem João Lombardi S/A, a Cia. Têxtil São Joanense, e, mais recentemente, a Têxtil Paculdino, a COTEMINAS, a Horizonte Têxtil, a Tear Têxtil, a Kanebo, a Daiwa do Brasil. Na Colônia do Marçal há pequenas fábricas de imagens de santos em gesso, entre outras.



Nas demais cidades da microrregião do Campo das Vertentes, tem-se a fábrica de cimento Holcim em Barroso. Após sua construção nos anos de 1953 e 1954, a fábrica foi inaugurada em 1955 com uma grande festa. Neste tempo, era a maior fábrica de cimento do Brasil, sendo superada apenas pela Votorantim de São Paulo nos anos 1960 e 1970. Santa Cruz de Minas notabiliza-se pelas pequenas fábricas de móveis e fábricas de artesanato que fornecem para as lojas de Tiradentes.

### **Desenvolvimento microrregional desigual**

São João Del-Rei é polo microrregional do Campo das Vertentes em relação aos seguintes municípios vizinhos<sup>83</sup>: Barroso (19.802 hab.), Carrancas (4.049 hab.), Conceição da Barra de Minas (antiga Cassiterita, 3.588 hab.), Coronel Xavier Chaves (3.474 hab.), Dolores de Campos (9.956 hab.), Ibituruna (2.866 hab.), Ijaci (5.863 hab.), Itutinga (4.218 hab.), Lagoa Dourada (12.611 hab.), Madre Deus de Minas (5.191 hab.), Nazareno (8.192 hab.), Piedade do Rio Grande (4.560 hab.), Prados (8.964 hab.), Resende Costa (11.004 hab.), Ritópolis (4.984 hab.), São João Del-Rei (93.778 hab.), São Vicente de Minas (6.669 hab.), Santa Cruz de Minas (8.074 hab.), São Tiago (11.741 hab.), Tiradentes (7.508 hab.), o vilarejo do Bichinho, distrito de Prados (Vitoriano Veloso, 1.000 hab.).

Além desses municípios São João Del-Rei tem uma rede de distritos e povoados: São Gonçalo do Amarante (nome anterior Onça), São Sebastião da Vitória, Emboabas, Rio das Mortes, São Miguel do Cajuru. E os povoados do Januário, Caquende e outros<sup>84</sup>. Essa é uma rede policêntrica de cidades, com graus de desenvolvimento regional e especificidades diferenciadas. Nesta microrregião, chama a atenção o dilema do **desenvolvimento regional desigual**, com áreas mais prósperas e outras que remetem à questão regional onde o crescimento é desarticulado, todas politicamente e historicamente centradas em São João Del-Rei. Quais as causas e consequências desse desenvolvimento geograficamente desigual? Isso é característico das relações sociais capitalistas, onde a própria espacialidade é um espelho das forças sociais, da luta das classes sociais. “Trata-se de uma espacialização resultante e decorrente das lutas competitivas e de conjunturas particulares, repleta de tensões, política, ideologia e poder” (Soja, 1993, p. 199).

A diferenciação regional e o desenvolvimento setorialmente desigual têm demandado dos Governos federal, estadual e municipal o esforço de traçar políticas onde se incluem a política de ordenamento territorial, a regional, a urbana e a rural. Focalizaremos estratégias de desenvolvimento regional e persistência de desafios existentes no turismo, na saúde, na educação, no transporte, nos serviços em geral.

---

<sup>83</sup> Fundação João Pinheiro. *Micro- Região Campo das Vertentes*. Estudo preliminar e diretrizes de desenvolvimento.(s.d.) Convênio de cooperação técnica firmado entre a Fundação João Pinheiro, a Superintendência de Articulação com os Municípios - SUPAM e os 18 municípios membros da Associação dos Municípios dos Campos das Vertentes - AMVER. v.1.Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/>. S.d. Esses vinte e um municípios são filiados a AMVER- Associação dos Municípios da Microrregião do Campo das Vertentes.

<sup>84</sup> Dados de população do IBGE, 2022.



Nesse contexto, apresentamos algumas questões em aberto: como preservar culturas regionais distintas? Percebe-se uma homogeneização crescente? Como realizar cortes metodológicos na realização de avaliações de fenômenos afetos ao tema do desenvolvimento regional da microrregião das Vertentes no período de 2012 em diante? (este é o período da PNDR II). Em que medida o planejamento do bem-estar regional foi incluído na agenda pública da PNDR?

Conforme Neto, Castro e Brandão (2017), desde o início da década de 1990, com as transformações econômicas e institucionais gestadas nos governos federais da época, a tese do enfraquecimento da integração produtiva (Cano, 1998) e da fragmentação da economia nacional (Pacheco, 1998) foram consolidadas como uma preocupação acerca dos rumos da questão regional brasileira. Conforme Wilson Cano (2008, p. 232 a 233) Não é demais reprimir que, acima da questão da desconcentração regional produtiva devido ao enfraquecimento da integração produtiva, está o gravíssimo problema da concentração pessoal da riqueza e da renda, com suas sequelas de miséria social amplamente distribuídas por todo o território nacional. A miséria social jamais será combatida pela 'regionalização do investimento' e, sim, por programas concretos, fundamentalmente com reformas nos serviços sociais básicos, na educação, na estrutura agrária e em nossa regressiva estrutura fiscal.

Daniel Pereira Sampaio, em sua tese de Doutorado (2015, p. 369), traz o indicador conhecido como grau de industrialização no Brasil, que passou de um máximo de 35,9%, em 1985, para 9,8%, em 2013. Ou seja, uma redução de mais de 72% em um período em que prevaleceu o baixo crescimento econômico, manufatureiro e dos investimentos, produtividade industrial e da estrutura produtiva e de comércio.

Na perspectiva regional da desindustrialização na região Sudeste, há estudos que apontam para distintas dinâmicas da desindustrialização do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que tem rebatimento em Minas Gerais. Há casos de mudança de plantas industriais cariocas e paulistas para o interior de Minas Gerais, onde há condições melhores tais como preço de imóveis mais baixos, mão de obra abundante e incentivos fiscais.

Clélio Campolina Diniz (1995), em texto de pesquisa econômica para o IPEA, aponta que o processo histórico do desenvolvimento econômico brasileiro levou a uma forte concentração geográfica da produção em poucos estados e regiões brasileiros e, conseqüentemente, da renda. A partir da década de 1940/50 começou a ocorrer um movimento de desconcentração geográfica da produção; inicialmente com o movimento da fronteira agropecuária no sentido do sul do Brasil e, mais recentemente, em direção de implantação de novas plantas industriais nas regiões Centro-Oeste e Norte e nas faixas de cerrados do Nordeste. A partir de 1970 começou também a ser caracterizado um movimento de desconcentração industrial do estado de São Paulo, que teve rebatimento na implantação de plantas industriais no interior mineiro. Os efeitos da desconcentração agropecuária e industrial influem no setor de serviços e comércio, promovendo também sua desconcentração regional de renda em prol das regiões mais vazias ou estagnadas no Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Minas Gerais.



Quanto à distribuição regional da agropecuária, cresceu a produção brasileira dos cinco principais grãos arroz, feijão, milho, soja e trigo. Tendo em vista o fato de que a soja em Minas e na Bahia está na região dos cerrados e no oeste destes estados, estas regiões podem ser consideradas como parte da mesma dinâmica da produção do Centro-Oeste, já que a área é geograficamente integrada, com características naturais e produtivas semelhantes. A soja tem sido a cultura de maior crescimento, e sua expansão no sentido do Centro Oeste foi expressiva. Em São João Del-Rei, desde os anos 2000 cresce a produção mecanizada da soja e do trigo.

Segundo Clélio Campolina Diniz (1995), quanto ao papel da infraestrutura no desenvolvimento regional nas últimas décadas do século XX, foi feito um esforço extraordinário em termos de construção de infraestrutura, com o objetivo de estimular o crescimento econômico das regiões atrasadas ou vazias e de integrar a economia nacional: geração de energia elétrica, aumento da malha rodoviária pavimentada, estadual e federal, sistema de telecomunicações, sistema de transportes condicionando o sentido dos fluxos e do desenvolvimento regional.

À luz da escala de inserção no território de Rem Koolhaas (no livro sobre a cidade configurada pela grandeza, nos tamanhos *Small, Medium, Large, XL/Extra Large*, de 1995), podemos classificar São João Del-Rei numa escala média, “seja pelo seu tamanho ou pela capacidade de concentrar pessoas”, em função da infraestrutura que possui e porque concentra serviços que atraem diariamente visitantes dos municípios e distritos vizinhos, e “alastra-se sobre áreas rurais ou naturais (...), com sua arquitetura cada vez mais verticalizada” (Resende, s.d.).

Nos pequenos municípios<sup>85</sup> das Vertentes, a realidade é que a capacidade de desembolso do município depende da arrecadação de ICMS e outras fontes. No caso de pequenos municípios, menores de 20 mil habitantes, o governo federal realiza o desenvolvimento regional equitativo por meio de transferências de recursos intergovernamentais obrigatórias para o SUS e para o Fundeb da educação básica, mas não tem recursos incondicionais para o desenvolvimento local integrado.

O BNDES avalia as escolhas estratégicas tomadas de década em década sobre direcionamento de seus recursos a empresas, setores e territórios, visando ao desenvolvimento das regiões brasileiras. Incorporando e abraçando a dimensão regional, o BNDES oferece diversas linhas de financiamento ao setor público, tendo financiado nas últimas décadas projetos municipais para pequenos municípios articulados com o esforço de desenvolvimento regional. Destacamos também o apoio à inovação prestado pelo SEBRAE às empresas locais em linhas de financiamento, programas, bolsas, parcerias, aportes financeiros, subvenção econômica e apoio para projetos.

---

<sup>85</sup> Conforme Prediger e outros (2022) existem, no Brasil, 5.570 municípios dos quais 1.253 possuem menos que 5.000 habitantes. Nas Vertentes, dos 22 municípios sete são menores de cinco mil habitantes. Os demais têm menos de 20 mil habitantes, exceto São João Del-Rei. Ver: Prediger, R. P., Allebrandt, S. L., Fistarol Kruger, R. de Carli, P. (2022). *Os pequenos municípios brasileiros: viabilidade, direitos sociais e desenvolvimento local*. *Redes*, 27(1). <https://doi.org/10.17058/redes.v27i.17018>. 2022.





O pequeno município pode buscar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e fundos estaduais. Porém, como é constituído por municípios com menor receita, conseqüentemente, a participação nos recursos do FPM e fundos estaduais é pequena, porque pequenos municípios têm uma base tributária menor, com baixa capacidade de contrapartida. A receita per capita é pequena porque o município tem poucos habitantes, já que o critério população predomina como fator de repartição dos recursos do Fundo. Há uma desigualdade social e econômica entre os pequenos municípios e o seu polo microrregional.

Por isso, o governo estadual encarrega-se de reduzir as disparidades pela implantação de políticas redistributivas em âmbito local para população de baixa renda, realizando aportes complementares. Isso é complexo, em se tratando do desenvolvimento regional, porque os municípios de uma mesma região podem apresentar grande disparidade de nível de desenvolvimento e de capacidade fiscal, como no caso do polo regional das Vertentes em relação aos pequenos municípios vizinhos.

### **Os fluxos do turismo, saúde, educação, comércio e serviços**

O planejamento da administração municipal de São João Del-Rei envolve múltiplos aspectos, como cidade polo microrregional no turismo, na saúde, na educação, no transporte, nos serviços em geral. A cidade de São João Del-Rei encontra-se no centro da microrregião, sendo polo microrregional tanto pela presença das universidades federal e privada (UFSJ e IPTAN), do IFET e da Santa Casa, quanto pelo acesso facilitado por transporte público e transporte intermunicipal.

Conforme Monte- Mór (2003), é importante observar São João Del-Rei como um centro de médio porte que desempenha um papel de polo em relação às cidades do entorno da microrregião Campo das Vertentes, oferecendo serviços e gerando fluxos que precisam ser otimizados. Além disso, é necessário aperfeiçoar e aproveitar de forma mais eficiente os recursos já existentes dentro da microrregião e resgatar processos exitosos.

Como esses municípios estão trabalhando para recuperar o *buraco da pandemia*? Durante a pandemia, de 2019 a 2022, aconteceu o chamado “*buraco da pandemia*”, período no qual o turismo ficou parado, pois as pessoas evitavam sair de casa. Isso afetou negativamente as Vertentes, porque o turismo é o impulsionador do desenvolvimento microrregional do Campo das Vertentes. O artesanato é forte na microrregião, mas com a ausência do turismo, as vendas presenciais despencaram. Por outro lado, as vendas *online* cresceram e o comércio pela Internet fortaleceu. Isso ensinou os comerciantes a não dependerem exclusivamente das vendas presenciais.

O mercado de trabalho também ficou desaquecido; agora, precisa resgatar oportunidades de trabalho. As pessoas estão aprendendo a trabalhar remotamente, de casa. Por exemplo, mães empreendedoras abriram seu próprio negócio em casa, com flexibilidade de horários. Com isso, o aluguel de salas para escritórios caiu muito. Os tempos de pandemia carecem de reflexões sobre novas práticas de trabalho e de



negócios. As pessoas acabaram sentindo a necessidade de reinventar coletivamente o trabalho a distância, formal e informal, mais do que presencialmente. Como o Brasil é um país desigual, a pandemia afetou a sociedade de forma desigual.

É forte nas Vertentes o patrimônio histórico, pois muitas cidades dessa microrregião são do século XVIII, e o turismo precisa de História, já que a maioria das cidades foram geradas no período da mineração do ouro. No desenvolvimento dessas cidades coloniais rumo a uma cidade moderna, tais municípios se defrontam com a manutenção de uma estrutura urbana antiquada. Ruas estreitas e sinuosas, ausência de garagens, esgotos e drenagem subdimensionados dificultam o desenvolvimento da cidade. O turismo precisa de incentivo na preservação do patrimônio material e imaterial. É um turismo vinculado ao calendário religioso, que segue percorrendo as inúmeras igrejas. Os municípios preocupam-se não só com a preservação da dimensão material do patrimônio arquitetônico da cidade, como a dimensão imaterial, haja vistas o registro como patrimônio cultural imaterial pelo Iphan, em 2008, do modo artesanal de produção do queijo de minas a partir do leite cru.

Falamos do perigo de haver uma homogeneização regional, matando as peculiaridades locais que dão encanto ao visitante. Para evitar isso e valorizar as culturas regionais, o SEBRAE, junto com os municípios das Vertentes desde cerca de 2010, vem fazendo um trabalho exemplar no sentido de promover carros- chefe de produtos artesanais, diferenciados cidade por cidade: artefatos de pedra calcária de Coronel Xavier Chaves, o rocambole de Lagoa Dourada, os santinhos de Nhá Chica em Madre Deus de Minas, em Prados selaria, calçados e artigos em couro, esculturas enormes de leões e outros bichos em madeira, a tecelagem de Resende Costa, o estanho e o queijo de São João Del-Rei, móveis em madeira de demolição e ferro de Santa Cruz de Minas, o biscoito de São Tiago, as antiguidades de Tiradentes, arte em vergalhão de ferro do Bichinho. Os demais municípios da microrregião têm sido estimulados pelo SEBRAE, junto com as prefeituras filiadas à Associação de Municípios das Vertentes (AMVER), a ter seus carros- chefe; isso demanda um trabalho de base muito paciente, de estímulo às potencialidades, junto aos produtores locais.

Em termos do atendimento aos objetivos prioritários da PNDR II, trata-se de fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas já existentes e importantes para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade. O município é também polo microrregional na saúde, onde está instalada a Gerência Regional de Saúde de São João Del-Rei, uma unidade da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais. Além de dois hospitais, cada um com pronto-socorro e maternidade, a cidade conta com uma UPA (ainda precisa de UPA no Tijuco e no Matozinhos), vários postos de saúde tradicionais e Unidades Básicas de Saúde, além de mais de dez unidades que fazem parte do PSF. O curso de medicina da UFSJ de SJDR utiliza a rede de saúde local como campo de estágios. Os cursos de Enfermagem do IPTAN e da Santa Casa de Misericórdia têm campo de estágio na Santa Casa.



Os problemas constantes na saúde são característicos daqueles encontrados no Estado. Embora disponha de uma razoável distribuição e hierarquização dos hospitais, unidades para- hospitalares e ambulatorios, no Campos das Vertentes o atendimento médico é ainda precário devido à escassez de recursos humanos, exceto em Cassiterita e Nazareno, que têm bom atendimento médico ambulatorial. Os demais direcionam pacientes para São João Del-Rei, onde os quadros são mais completos. É preciso que esses municípios das Vertentes trabalhem na direção da descentralização da saúde, para não ficarem tão dependentes de matriz histórica que é São João Del- Rei. O Programa de Saúde da Família veio suprir a lacuna de programa de medicina preventiva.

Na saúde, uma deficiência que precisa melhorar para que SJDR se mantenha como polo microrregional são as cirurgias eletivas. Ou, dizendo de uma forma técnica, precisa de revisão sistemática na gestão de filas para cirurgias eletivas, conforme o médico Frederico Escaleira (2023). As cirurgias eletivas devem ser indicadas pelas avaliações dos médicos das especialidades e não pelo prefeito, como é hoje em dia. É necessária política pública relacionada à gestão de filas para cirurgias eletivas, estabelecendo critérios de inclusão e exclusão, qualificando e organizando a demanda de procedimentos, equilibrando oferta versus demanda.

Essas intervenções na fila ampliam o acesso aos serviços eletivos e resolvem os problemas de agendamento e reserva na lista de espera. São João Del-Rei tem uma boa capacidade instalada para realizar procedimentos eletivos, possui boa logística e recursos materiais, perfil assistencial dos serviços, expertise e suficiência de profissionais de saúde, e capacidade de governança do sistema de saúde, especialmente na área oncológica. Por isso, se coloca como referência microrregional em oncologia no CTO da Santa Casa, que atende gratuitamente demanda contínua local e das cidades vizinhas. O Sistema Unico de Saúde atende os usuários com sério compromisso dos gestores e trabalhadores do SUS, e fornece resposta adequada, merecendo que o governo direcione maior volume de recursos no financiamento do sistema de saúde.

Na educação, São João Del-Rei, assim como os demais municípios da microrregião das Vertentes, apresenta o problema de taxas significativas de evasão escolar, sobretudo de estudantes do sexo masculino na faixa de dezesseis anos de idade, que afeta o ensino secundário e superior. Para suprir essa lacuna, o Deputado Reginaldo Lopes trouxe para São João Del-Rei o IFET, visando oferta de educação profissional e tecnológica. Os resultados já começam a ser percebidos, colocando no mercado tecnólogos direcionados às necessidades microrregionais<sup>86</sup>. É preciso melhorar a provisão de vagas no mercado de trabalho para os tecnólogos oriundos do IFET e para os egressos das faculdades microrregionais, UFSJ, Santa Casa e IPTAN.

---

<sup>86</sup> Os cursos oferecidos pelo IFET São João Del- Rei são: Letras (Habitação Português/Espanhol), Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Tecnologia em Logística, Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação, Tecnologia em Gestão Ambiental.



Com relação a São João Del-Rei, enquanto centro comercial e de serviços da Microrregião, há uma boa rede bancária, casas lotéricas que efetuam serviços bancários, shopping centers, supermercados, padarias e lojas de comércio varejista. Nos serviços, há muita procura por clínicas veterinárias são joanenses que fazem exames e cirurgias. Barbacena tem curso superior de Veterinária. São João Del-Rei oferece curso de Zootecnia.

## O arquiteto e o desenvolvimento microrregional

Como o arquiteto pode contribuir profissionalmente no desenvolvimento da microrregião do Campo das Vertentes? Por meio do planejamento urbano, que é um trabalho que exige previsão de futuro, análise de tendências, conhecimento social e do jogo político, boa noção do arcabouço da capacidade fiscal. “O planejamento é considerado como administração de recursos escassos para a promoção do desenvolvimento regional. O conceito de escassez está ligado aos padrões tecnológicos e de distribuição de renda que adotam-se nos projetos de desenvolvimento” (Carvalho, 1985, p.07). O arquiteto pensa a gestão territorial do município não só do ponto de vista cultural, como legal, da sustentabilidade e da interpretação e análise de dados, informações topográficas e sensoriamento remoto. Alçando um voo de pássaro, o arquiteto consegue requalificar áreas urbanas e rurais. Como valorizar o conjunto das pequenas cidades das Vertentes que gravitam em torno do polo São João Del-Rei? Propondo soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, preservação e valorização das edificações dessas cidades.

As pequenas cidades que compõem a microrregião das Vertentes, à exceção de São João Del-Rei, são menores de 20 mil habitantes e, assim, não tiveram a obrigação de fazer um plano diretor. Por esse motivo, a ocupação dos seus territórios tem crescido sem parâmetros a serem aplicados no desenvolvimento, sem zoneamento das cidades, pois é a partir do plano diretor que se norteia o desenvolvimento e o crescimento do município. Para que essas pequenas cidades cresçam com sustentabilidade e habitabilidade, devem se unir em torno do objetivo comum de buscar a elaboração de planejamento urbano que lide com a infraestrutura que já existe e planeje a revitalização dos bairros, priorizando o paradigma da cidade para as pessoas e não para os carros (como era preconizado no planejamento urbano modernista). São as pequenas cidades que precisam ser requalificadas; esse é um campo aberto aos arquitetos e urbanistas.

Impacta na região das Vertentes ter, tanto no seu polo microrregional como em muitas das cidades do entorno, a forte produção artesanal, importante expressão da identidade local, que atrai turistas de todo o Brasil (Lima, 2020). O turismo é a força que move a economia das Vertentes. O que atrai o turista? Como lidar com o imaginário dos visitantes estimulando o apego aos monumentos, ao casario e edificações antigas, valorizando a reutilização, a reabilitação, o restauro? Vamos analisar dois exemplos exitosos concretos: Tiradentes e Bichinho<sup>87</sup>.

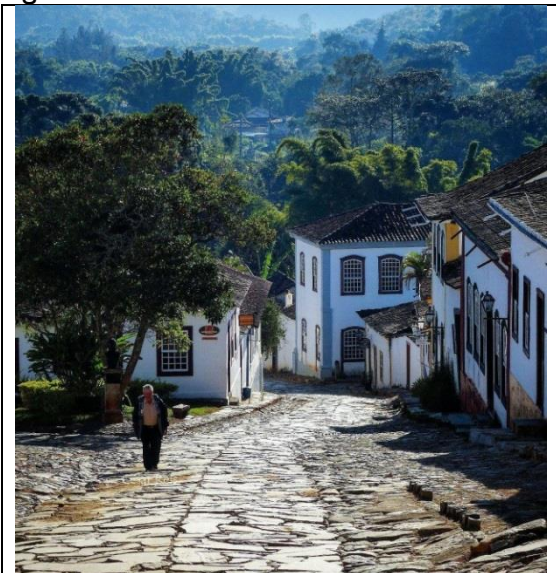
---

<sup>87</sup> Bichinho pertence às Vertentes porque é distrito de Prados. Tanto Bichinho como Prados são participantes da AMVER.

Foram feitos muitos planos de intervenção no espaço urbano para que Tiradentes e Bichinho se tornassem mais charmosas e atraentes aos turistas. Foi preciso pensar essas cidades como espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, e assim foram brotando concepções e execução de bons projetos em ambientes internos e externos. A ideia de instalar *site-specific* ao ar livre, réplicas em escala gigante das principais peças de artesanato partiu de Resende Costa, que adotou a lagartixa como símbolo local, figurada numa alegoria do réptil, carinhosamente chamada "Tixa", fixada diante de vários estabelecimentos comerciais. Na esteira da "tixa", sugerimos esculturas da galinha de arame, as árvores de ferro, o bule e as canequinhas de café etc.

Essa é uma tendência contemporânea de tratar esses espaços externos como espaços cênicos, teatralizados. Isso porque em Tiradentes tem havido locações de filmes, telenovelas, minisséries. Tiradentes tem cenários de novela que encantam o turista. O piso de pedras das ruas de Tiradentes não é original da cidade, mas foi desenhado nos anos 1970 para parecer que era assim no século XVIII (Figura 01). As casas da praça principal de Tiradentes foram reformadas nos anos 1960 para parecerem sobrados coloniais, até mesmo com "eira sem beira". Isso é "fake"? Sim e não. Isso é cenografia urbana, a mesma que se fez em Pompeia e Herculano, e em Veneza, porque nossa linha de restauro é italiana: preserva-se a fachada e por dentro pode-se modificar tudo. O campo da restauração arquitetônica é muito complexo e as práticas de restauro seguem sistematização do IPHAN, de onde emana a base teórica para a reorganização da legislação de conservação dos monumentos, que devem ser mantidos o mais fiel possível ao estado original.

Figura 01 - Tiradentes - rua da Matriz



Fonte: Google. 2023.

Tiradentes revela uma preexistência, a cidade colonial, São José Del-Rei, fundada no início do século XVIII. O passado histórico das igrejas, a casa da Cadeia, os largos, o casario original não nos deixa duvidar da autenticidade. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Tiradentes, tombado pelo Iphan em 1938, representa um dos mais importantes episódios de interiorização e consolidação da colonização do território brasileiro.

Vitoriano Veloso, mais conhecida como Bichinho, é distrito de Prados. Bichinho mantém a estrada de pedra, sem asfalto, tortuosa e esburacada para que o visitante volte no tempo e se sinta numa cidade antiga. As duas casas tortas (Figura 02), onde funciona um centro cultural, conquistaram uma ligação afetiva com o público visitante, caíram no gosto do povo e todo mundo posa para foto diante delas, antes de rumar para o Restaurante Tempero da Angela, onde se come bem e barato a farta comida mineira.

O artesanato local foi impulsionado desde 1993 pela Oficina de Agosto, que ajuda a tornar o artesanato num meio de subsistência para a população nativa. Antigamente, antes da chegada da Oficina de Agosto, uma família de artesãos locais, a família Vitorino, fazia artesanato de rústicas esculturas de pássaros em madeira. Com as modernizações introduzidas pela Oficina de Agosto, aos poucos os artesãos moradores foram aderindo ao pensamento do design introduzido pela Oficina de Agosto, cujo trabalho adota uma estética contemporânea que tem boa saída e agrada aos arquitetos e decoradores.

Assim, desenvolveram novas esculturas em madeira e em *papier maché* que vendem bem. Isso remete à manutenção e alteração no objeto artesanal. A atuação do designer no campo do artesanato fatalmente induz à alteração do artesanato para alcançar maior aceitação mercadológica. E aí se coloca o dilema: mantem a tradição ou incorpora o design? (Cavalcate, Kanamaru, 2017).

Figura 02- Bichinho- As casas tortas



Fonte: Google, 2023



Segundo Françoise Choay (2014), o sentimento de patrimônio, a noção de patrimônio histórico evolui conforme a ligação afetiva com as obras e o seu poder de simbolização. No mundo atual, o patrimônio passou a ser entendido como “produto de consumo e espetáculo, banalizando a dimensão fundamental que o inaugura”. As ações sobre o que se considera, no tempo atual, como patrimônio, tendem a precipitar uma falsa consciência do seu valor. Os arquitetos, na cultura do patrimônio, precisam avançar no entendimento e reflexão sobre o valor histórico e estético e a memória de obras arquitetônicas, evitando metamorfosear seu valor de uso. Do contrário, no culto exagerado ao patrimônio, que conquistou o público mundial, corre-se o risco da exaustividade simbólica, de um falso valor e da desestabilização da identidade.

Dentre os vinte e um municípios que compõem a microrregião das Vertentes, ainda falta adequá-los ao desenvolvimento turístico das Vertentes. É importante aprender com os acertos e os erros de São João Del-Rei, Tiradentes e Bichinho. O principal erro, que se deve evitar, é a gentrificação: forçar o morador local a mudar para a periferia e ocupar o casario antigo com lojas e restaurantes onde a população nativa não tem poder aquisitivo para frequentar. Isso aconteceu em Paris. Os parisienses não consomem o que se exhibe em Paris e moram nas cidades-satélite. Veneza é uma cidade cenográfica, vazia. Esse é o perigo de ir com muita sede ao pote do turismo. É uma faca de dois gumes, pois à medida que a especulação imobiliária aumenta, ocorre a valorização dos imóveis para fins turísticos e a consequente expulsão dos antigos moradores. É necessário promover ações que beneficiem economicamente os nativos, evitando sua expulsão, pois uma vez expulso, o nativo perde a cultura e a tradição.

A gentrificação aconteceu em Tiradentes, onde a maioria se mudou do centro histórico para dar lugar a pousadas e restaurantes. Mudaram para o entorno do centro e para os loteamentos novos, como o Parque das Abelhas. Os únicos restaurantes que a população nativa frequenta são o Restaurante do Celso e o da Matriz, mais baratos que os outros. Um bom exemplo é a Mostra de Cinema de Tiradentes, programação anual gratuita direcionada ao público maior de dezoito anos, idealizada e realizada pela Secretaria de Cultura estadual e pelo Ministério do Turismo, mediante lei de incentivo. É preciso desenvolver a cultura e o turismo, porém garantindo a habitabilidade e a inclusão da população nativa e gerando negócios que façam bem, economicamente, para os nativos.

### **Como empoderar a população local?**

Um acerto, que recomendamos fortemente, é o modelo do SEBRAE Minas, que aposta no empoderamento da população nativa por meio do fortalecimento dos negócios locais, estimulando o empreendedorismo no Programa Cidade Empreendedora. Trata-se de um programa sobre gestão pública e pequenos negócios em um ambiente de oportunidades, destinado a estimular a economia local e desenvolver os municípios de dentro para fora, e não ao contrário. O gestor público tem um papel muito importante nesse processo, direcionando, acelerando e sustentando o desenvolvimento local, que, no conjunto, acaba também impulsionando o desenvolvimento microrregional.



O arquiteto é um profissional que contribui com o planejamento urbano de ações estratégicas que promovam sustentabilidade e habitabilidade, impulsionando iniciativas locais. O governo do Estado tem tido um papel de planejamento de programas de desenvolvimento regional, que visam reduzir as desigualdades econômicas regionais, direcionando verbas públicas no sentido de fortalecer polos de crescimento. Trata-se de um paciente planejamento do bem-estar regional, de reestruturação contemporânea da questão regional, apostando na visão que reconhece, em graus variáveis, a singularidade particular da espacialização do capital e do trabalho (Soja, 1993, p.206). Não sejamos ingênuos nem simplistas, não podemos apagar o passado nem apagar as relações centro periferia.

A identificação e compreensão das alterações sociais, políticas e tecnológicas que estão modificando de maneira significativa o modo como o desenvolvimento geograficamente desigual é produzido e reproduzido é crucial nas interpretações contemporâneas da reestruturação regional. Qual o papel da microrregião das Vertentes em relação a Minas Gerais? São um centro de expansão econômica e de mobilidade do capital que gera uma hierarquia dos locais, desde um pequeno município com menos de vinte mil habitantes até São João Del-Rei com seus noventa mil habitantes, que viveram a urbanização desde o pré-capitalismo e estão passando de pequenos centros manufatureiros industriais a núcleos pequenos que fornecem produto diversificado, com relativo crescimento industrial e urbano.

### **Considerações finais**

A PNDR está na sua segunda versão. A PNDR pode ser dividida em duas fases: PNDR I, que vigorou entre 2003 e 2011; e uma nova versão, chamada de PNDR II, que vigora desde 2012 e incluem melhorias na experiência anterior. É com este norte da PNDR II que a municipalidade faz a discussão de novas agendas para políticas territoriais em prol da redução de desigualdades. Essa agenda visa o aprimoramento da inserção da dimensão regional nos instrumentos de planejamento e orçamento federal, bem como em políticas e programas governamentais diversos. A municipalidade do Campo das Vertentes, com o apoio do SEBRAE, tem procurado estimular o empreendedorismo, por meio do fortalecimento de sistemas produtivos locais existentes, integrando-os pelo turismo a sistemas regionais, nacionais ou globais.

Quanto ao papel do sistema de educação superior da UFSJ no desenvolvimento regional, reportamo-nos especialmente aos arquitetos, em formação ou já graduados, para que voltem sua atuação ao planejamento urbano, que tem muito a contribuir com a PNDR nos próximos anos. O urbanismo é um ponto essencial para se obter o sucesso esperado com a PNDR. Por meio do Urbanismo, junto com a Economia e a Geografia, é possível criar uma tipologia multiescalar, que seja capaz de classificar os territórios da microrregião das Vertentes em diversos recortes geográficos. Além disso, esses profissionais também são capazes de criar uma gama maior de indicadores do desenvolvimento regional em um esforço para melhor compreender as estruturas e as dinâmicas produtivas e inovativas dos diferentes espaços do território em pauta (Resende, Moreira, Alves, Neto, s.d.).





Os municípios das Vertentes estão trabalhando para recuperar o *buraco da pandemia*. Queremos dizer com isso que depois de 2022, o comércio retomou as atividades, apostando mais na venda *online*. Os trabalhadores do mercado formal e informal passaram a trabalhar em *home-office*. Passada a pandemia, o turismo retomou suas atividades.

Podemos afirmar, conforme Perroux (1964), que o polo São João Del- Rei é o centro econômico dinâmico da microrregião das Vertentes e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca. É importante observar São João Del-Rei como um centro de médio porte que desempenha um papel de polo em relação aos pequenos municípios do entorno da microrregião Campo das Vertentes, oferecendo serviços e gerando fluxos no turismo, na saúde, na educação, no comércio e nos serviços de desenvolvimento microrregional ligados ao seu polo.

Os arquitetos que desejam atuar no polo microrregional de São João Del- Rei podem propor projetos que ajudem a municipalidade do polo microrregional e dos municípios vizinhos a articular o atendimento da demanda de serviços e de insumos estratégicos para o desenvolvimento sustentável microrregional. Esse processo que objetiva desenvolver de maneira sustentável o território das Vertentes.

O turismo é o impulsionador do desenvolvimento microrregional do Campo das Vertentes. O artesanato é forte na microrregião, assim como o patrimônio histórico. Experiência a ser replicada nos municípios pequenos das Vertentes são os festivais de gastronomia, cultura e turismo. Estes eventos devem ser apoiados pelo comércio local, empresas de comunicação, o Instituto Estrada Real, entre outros, e produzidos por agências de eventos. É bem-vinda a participação profissional de arquiteto para solucionar o *lay-out*, dimensionar palcos, organizar fluxos de pessoas e de carros, fazer o *design* da experiência, entre outras atividades.

Na saúde São João Del- Rei tem uma boa capacidade instalada para realizar procedimento eletivo. Possui boa logística e recursos materiais, perfil assistencial dos serviços, expertise e suficiência de profissionais de saúde, além de capacidade de governança do sistema de saúde, especialmente na área oncológica. Os municípios do entorno precisam cuidar da logística de tratamento fora do domicílio. A longo prazo, é preciso que os municípios das Vertentes trabalhem integradamente na direção da descentralização da saúde, para não ficarem tão dependentes de matriz histórica que é São João Del- Rei. O arquiteto pode contribuir na humanização dos ambientes de espera nas unidades de saúde.

Na educação, é preciso melhorar o problema da evasão escolar no ensino secundário, aumentar a provisão de vagas no mercado de trabalho para os egressos das faculdades microrregionais (UFSJ, Santa Casa e IPTAN) e aumentar as oportunidades de trabalho para tecnólogos egressos do IFET.

Em se tratando do desenvolvimento regional, os pequenos municípios da microrregião das Vertentes apresentam disparidade de nível de desenvolvimento e de capacidade fiscal em relação ao polo microrregional. Isso ainda demanda reforço do governo estadual



para reduzir as disparidades e o desenho de políticas públicas específicas, como por exemplo as compras consorciadas, que impactam positivamente no desenvolvimento regional. Os fluxos do turismo, da saúde, da educação precisam ser otimizados na microrregião das Vertentes, aperfeiçoando e aproveitando de forma mais eficiente os recursos já existentes dentro da microrregião.

## Referências

- Bittencourt, Roberto José. Alonso, Rebecca Santana. Rodrigues, Iago Barbosa Pinto. Macedo, Everton. Silva, Claudia Cardoso Gomes da. Oliveira, Luciana Vieira Tavernard de. *Gestão de filas para cirurgias eletivas: overview de revisões sistemáticas*. S.d. s.e. Brasil, Decreto no 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2007.
- Cano, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo, Edunesp, 2008, p. 232 e 233
- Carvalho, Marília de Fátima Dutra de Ávila. *Desenvolvimento comunitário e planejamento participativo. Considerações sobre o caso do Campo das Vertentes, Minas Gerais*. Monografia de Especialização em Urbanismo. Belo Horizonte: EAUFGM, 1985.
- Cavalcante, Vanessa Peixoto. KANAMARU, Antônio Takao. *Manutenção e alteração no objeto artesanal brasileiro: artesanato e design entre tradição e mercado*. Estudos em Design. V.25. 2017.
- Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.
- CONLEGESTUDOS. Consultoria Legislativa do Senado Federal. *Transferências Intergovernamentais do Brasil: diagnóstico e proposta de reforma*. Brasília: Senado Federal, 2008.
- Diniz, Clélio Campolina. *A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas*. Texto para discussão N° 375. IPEA: junho de 1995.
- Fundação João Pinheiro. *Micro- Região Campo das Vertentes*. Estudo preliminar e diretrizes de desenvolvimento. Convênio de cooperação técnica firmado entre a Fundação João Pinheiro, a Superintendência de Articulação com os Municípios - SUPAM e os municípios membros da Associação dos Municípios dos Campos das Vertentes - AMVER. v. I. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/>. S.d.
- \_\_\_\_\_. *Micro- Região Campo das Vertentes*. Estudo preliminar e diretrizes de desenvolvimento.(s.d.)
- Graça Filho, Afonso de Alencastro. *O mercado nacional e a Cia. Industrial São- Joanense*. (c. 1891- c. 1913). XIV Congresso Brasileiro de História Econômica. 15ª Conferência Internacional de História das Empresas. Varginha: 15 a 17 nov. 2021.
- Koolhaas, Rem; Mau, Bruce. *S, M, L, XL*. Nova York: Monacelli Press, 1995.
- Lima, Martha Lohane Silva. *O artesanato como forma de manifestação cultural e sua contribuição socioeconômica: um estudo sobre o mercado do artesanato de Penedo – Alagoas*. Santana do Ipanema: UFA, 2020.
- Monte- Mór, Roberto Luis de Melo. *O que é urbano, no mundo contemporâneo*. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: n° 111, 2003.



- Neto, Aristides Monteiro, Castro, César Nunes de, Brandão, Carlos Antônio (Organizadores). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas* / - Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- Pacheco, C. *Fragmentação da nação*. Campinas: Unicamp, 1998.
- Perroux, F. *L'économie du siècle XX*. 2. ed. Paris: Press Universitaires de France, France, 1964.
- Prediger, R. P., Allenbrandt, S. L., Fistarol Kruger, R. de Carli, P. (2022). *Os pequenos municípios brasileiros: viabilidade, direitos sociais e desenvolvimento local*. Redes,27(1). <https://doi.org/10.17058/redes.v27i.17018>. 2022.
- Resende, Sandra Catharinne Pantaleão. *Do espaço à espacialidade: a dimensão temporal na arquitetura contemporânea*. (s.d.)
- Resende, Guilherme Mendes. Moreira, Paula Gomes. Alves, Adriana Melo. Neto, João Mendes da Rocha. *Brasil: dez anos da política nacional de desenvolvimento regional (PNDR)*. DF: IPEA, s.d.
- Sampaio, Daniel Pereira. *Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil (1985-2015)*. Tese de Doutorado, 2015.
- Sepulveda, Sergio. *Desenvolvimento Sustentável Microrregional- Métodos para planejamento local*. Costa Rica: IICA Brasil., 2002.
- Soja, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.